



Vol 13, Nº 28, (junio/junho 2020)

ESPAÇO PÚBLICO OU ESPAÇO DE CONSUMO? O CASO DA PRAÇA HIGINO DA SILVEIRA, UM LUGAR TURÍSTICO DA CIDADE DE TERESÓPOLIS/RJ

Profª Dr.ª Marcela do Nascimento Padilha

Departamento de Turismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
marcelapadilha.uerj@gmail.com

Prof. Dr. Reinaldo Pacheco

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo
repacheco@usp.br

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Marcela do Nascimento Padilha y Reinaldo Pacheco (2020): “Espaço público ou espaço de consumo? o caso da Praça Higino da Silveira, um lugar turístico da cidade de TERESÓPOLIS/RJ”, Revista Turydes: Turismo y Desarrollo, n. 28 (junio/junho 2020). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/turydes/28/espaco-publico-consumo.html>
<http://hdl.handle.net/20.500.11763/turydes28espaco-publico-consumo>

RESUMO

“A praça é do povo como o céu é do condor!”, disse o grande poeta Castro Alves no século XIX. No entanto, no século XXI ainda é preciso que cidadãos reivindiquem o uso e a apropriação dos espaços públicos para o ócio e práticas de lazer. Na cidade de Teresópolis, na região serrana do estado do Rio de Janeiro, um dos seus principais espaços públicos se transforma em um dos pontos turísticos mais visitados nos fins de semana e feriados, quando a praça Higino da Silveira recebe a Feirarte, tradicional feira de artesanato da cidade. Isto não seria um problema não fosse o fato de que, de segunda a sexta-feira, os 20 mil metros quadrados da praça ficam praticamente vazios. Por quê? Por que o valor de uso foi superado pelo valor de troca? É possível que o espaço do cidadão seja também o espaço do consumo? São estas perguntas que tentamos responder ao longo deste artigo.

Palavras-chave: Feira de artesanato, praça pública, espaço público e espaço de consumo, cidadania, turismo em Teresópolis.

ABSTRACT

“The square belongs to the people as the sky belongs to the condor!”, said the great poet Castro Alves in the 19th century. However, in the 21st century it is still necessary for citizens to demand the use and appropriation of public spaces for leisure practices. In the city of Teresópolis, in the mountainous region of the state of Rio de Janeiro, one of its main public spaces becomes one of the most visited tourist place on weekends and holidays, when Higino da Silveira square hosts Feirarte, a traditional city crafts. This would not be a problem were it not for the fact that from Monday to Friday, the square's 20,000 square meters are practically empty. Why? Why was the use value exceeded by the exchange value? Is it possible that the space of the citizen is also the space of consumption? These are the questions we try to answer throughout this article.

Key words: handicraft fair, public square, public space and space of consumption, citizenship, tourism in Teresópolis.

ESPACIO PUBLICO O ESPACIO DE CONSUMO?

EL CASO DE LA PRAA HIGINO DA SILVEIRA, UN LUGAR TURÍSTICO EN LA CIUDAD DE TERESÓPOLIS/RJ

RESUMEN

"¡La plaza pertenece a la gente como el cielo pertenece al cóndor!", dijo el gran poeta Castro Alves en el siglo XIX. Sin embargo, en el siglo XXI todavía es necesario que los ciudadanos exijan el uso y la apropiación de espacios públicos para el ocio y la recreación. En la ciudad de Teresópolis, en la región montañosa del estado de Río de Janeiro, uno de sus principales espacios públicos se convierte en uno de los lugares turísticos más visitados los fines de semana y días festivos, cuando la plaza Higino da Silveira alberga *Feirarte*, tradicional feria de artesanías de la ciudad. Esto no sería un problema si no fuera por el hecho de que, de lunes a viernes, los 20.000 metros cuadrados de la plaza están prácticamente vacíos. ¿Por qué? ¿Por qué el valor de cambio excedió el valor de uso? ¿Es posible que el espacio del ciudadano sea también el espacio del consumo? Estas són las preguntas que intentamos responder a lo largo de este artículo.

Palabras Clave: Feria de artesanía, plaza pública, espacio público y espacio de consumo, ciudadanía, turismo en Teresópolis.

Introdução

Não é de estranhar que a estreita ligação entre uso dos espaços públicos pelas pessoas, a qualidade desse espaço e o grau de preocupação com a dimensão humana seja um padrão geral que pode ser visto em todas as escalas. Assim como as cidades podem convidar as pessoas para uma vida na cidade, há muitos exemplos de como a renovação de um único espaço, ou mesmo a mudança no mobiliário urbano e outros detalhes podem convidar as pessoas a desenvolverem um padrão de uso totalmente novo.

Jan Gehl, Cidade para Pessoas, 2013, p.16

Este artigo é fruto de observações e inquietações de uma professora moradora da cidade de Teresópolis e de um professor pesquisador e ativista das questões relativas aos parques urbanos. Ambos se dedicam, também, aos estudos sobre espaços públicos de lazer e a sua importância para a qualidade de vida da população de uma cidade.

A ideia de realizar esta pesquisa partiu da percepção de que há espaços públicos na cidade voltados quase que exclusivamente para o turismo, enquanto outros são conhecidos e, portanto, frequentados majoritariamente por moradores locais. Os espaços públicos, entendidos como espaços privilegiados de uma cidade, podem e devem ter usos e apropriações variados, promovendo o encontro de pessoas de diferentes faixas etárias, classes sociais, níveis de escolaridade, cultura etc., que se apropriam desses espaços por motivos também diversos.

Um dos principais espaços turísticos de Teresópolis é, também, um dos maiores e mais antigos espaços públicos da cidade. Trata-se da Praça Higino da Silveira, mais conhecida como Pracinha do Alto – por estar localizada no bairro do Alto – ou Praça da Feirinha – por abrigar uma das maiores feiras de artesanato ao ar livre do Brasil. A análise que será apresentada a seguir nos leva ao questionamento sobre a qualidade pública deste espaço, isto é, se ele é um espaço cidadão de fato ou se o seu valor de troca superou o seu valor de uso.

Dessa forma, a seguir tem-se uma breve apresentação do município de Teresópolis e logo após apresenta-se uma abordagem sobre o que entendemos por espaço público, assim

como uma discussão acerca da cidadania. Por fim apresentaremos a dinâmica atual da Praça Higino da Silveira, na cidade de Teresópolis, Região Serrana do estado do Rio de Janeiro.

Teresópolis, o bairro do Alto e a Praça Higino da Silveira

Teresópolis é um município da região serrana fluminense que no dia 06 de julho de 2019 completou 128 anos de fundação. O município ocupa um território de 773,338 km² com uma população de aproximadamente 180 mil habitantes (Fonte: IBGE Cidades. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/teresopolis/panorama>, acessado em 10/01/2020) distribuídos por três distritos: o distrito-sede – Teresópolis – e outros dois rurais – Vale de Bonsucesso e Vale do Paquequer. O poder público e a sociedade civil vêm buscando por melhores condições de vida para a população do município após a tragédia socioambiental ocorrida em janeiro de 2011, evento no qual chuvas muito acima do índice pluviométrico normal atingiram a região serrana fluminense, levando centenas de pessoas à morte e outras centenas ficaram desabrigadas. Muitos dos que conseguiram sobreviver perderam tudo o que tinham. Comunidades inteiras desapareceram e Teresópolis precisou de anos para se recuperar. E esta recuperação ainda não está completa.

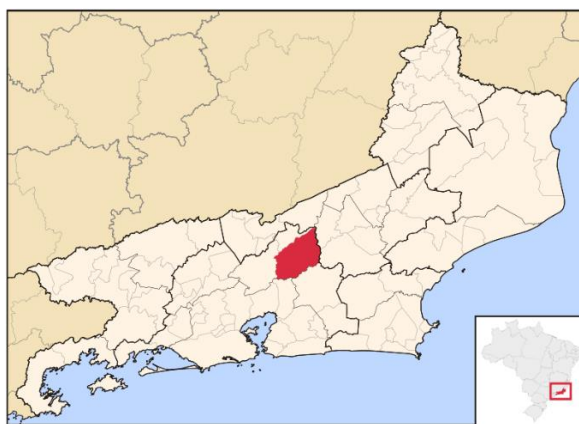


Figura 1. Localização do município de Teresópolis, estado do Rio de Janeiro – Brasil.

Fonte:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Teres%C3%B3polis#/media/Ficheiro:RioDeJaneiro_Municip_Teresopolis.svg, acessado em 20 de maio de 2019.

A agricultura, o comércio e o turismo vêm ajudando o município a se recuperar da tragédia natural e social de 2011. O município é o maior produtor de hortaliças folhosas do estado do Rio de Janeiro (Fonte: Portal Multiplix, disponível em: <https://www.portalmultiplix.com/noticias/economia/teresopolis-e-o-maior-produtor-de-hortaliças-folhosas-do-estado-do-rio-de-janeiro>, acessado em 10/05/2020) e abastece grande parte da região metropolitana. Já o turismo vem movimentando a economia local, sobretudo em sua área urbana, mas também é possível encontrar iniciativas importantes ocorrendo na zona rural, como a abertura à visitação de pequenas propriedades que desenvolvem a agricultura orgânica. Este tipo de produção vem ganhando força e visibilidade dentro do município que ultrapassam as fronteiras do seu território. Alguns dos produtores de orgânicos fazem parte da Associação Agroecológica de Teresópolis – AAT – que já conta com cerca de cinquenta associados (Fonte:Feira Agroecológica de Teresópolis, disponível em: <http://feiraagroecologicateresopolis.blogspot.com>, acessado em 02/12/2019). Criada por um grupo de agricultores de orgânicos, a AAT foi oficialmente fundada em 2007 e desde então vem incorporando mais associados e ganhando notoriedade dentro e fora do município. Atualmente a AAT realiza feiras orgânicas duas vezes por semana (quartas e sábados) em Teresópolis, e três vezes por semana (terças, quintas e sábados) em alguns bairros da cidade do Rio de Janeiro.

Grupos de universidades, turistas e até mesmo cineastas vão à Teresópolis para conhecer a AAT e suas feiras. Seus coordenadores, escolhidos por meio de eleição interna, são frequentemente procurados para explicarem o funcionamento da associação, sua história, produtos, formas de comercialização e as propriedades que são abertas ao turismo.

Mas Teresópolis não é conhecido apenas como um município de grande produção agrícola. A cidade é a que tem a maior altitude do estado do Rio de Janeiro, registrando uma temperatura média de 19°C em sua zona central, sendo este clima ameno, muito diferente da maior parte do estado, um dos seus principais atrativos. Além da produção rural e do clima com baixas temperaturas, a identidade turística de Teresópolis também está atrelada ao seu grande patrimônio natural. A Mata Atlântica é o bioma que abraça o município e está preservada em três grandes unidades de conservação: O Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis,



o Parque Estadual dos Três Picos e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos. O ecoturismo é, assim, um dos principais segmentos turísticos do município, considerado a capital brasileira do montanhismo.

Com relação aos espaços públicos mais frequentados por moradores e turistas de Teresópolis podemos destacar três: a Praça Higino da Silveira – mais conhecida como Praça da Feirinha –, localizada no bairro do Alto, onde é realizada nos fins de semana uma das maiores feiras de artesanato ao ar livre do Brasil; o Parnaso, cuja sede também se localiza no Alto; e a Praça Baltazar da Silveira – conhecida como Praça de Santa Tereza, no bairro da Várzea, Centro da cidade.

Figura 2. Localização das Praças Baltazar da Silveira e Higino da Silveira e do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Fonte: Adaptado de Google Earth.

A Praça Higino da Silveira foi escolhida como protagonista deste trabalho por se tratar de um dos principais pontos de visitação do município, visto que nela é realizada uma das maiores feiras de artesanato ao ar livre do Brasil. A Praça do Alto também possui uma posição geográfica privilegiada, pois se encontra na entrada da cidade, próximo ao acesso à estrada que leva à região metropolitana do Rio de Janeiro e a outros municípios serranos e do Vale do Paraíba. É pelo Alto que chega a maior parte de seus turistas.

Muito frequentada durante o fim de semana, a Praça Higino da Silveira ganha outra paisagem de segunda a sexta, quando as barraquinhas dão lugar a uma grande área arborizada, mas sem equipamentos que atraiam os moradores, o que faz da grande praça um espaço público pouco utilizado pelos cidadãos locais. É exatamente este descompasso entre o espaço público de lazer e o espaço de consumo que se deseja analisar aqui.

Figura 4. Chegada do trem da E. F. Therezopolis à Estação do Alto.

Fonte: O Malho, 02/01/1909. Disponível em:

http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_rj_cantagalo/altoter.htm, acessado em 29/12/2019.

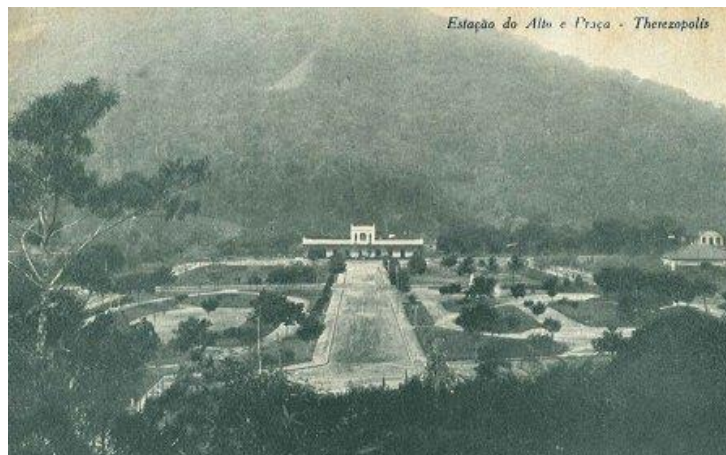


Figura 5. Estação do Alto e Praça Maurício de Abreu por volta de 1910.

Fonte: Autor desconhecido. Disponível em:

http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_rj_cantagalo/altoter.htm, acessado em 29/12/2019.



Figura 6. Praça Maurício de Abreu em livro editado em 1938.

Fonte: Livro Therezopolis, de Armando Vieira, editado em 1938. Disponível em:

http://www.portaltere.com/Historia1_2.html, acessado em 29/12/2019.

A Estação ferroviária do Alto, assim como a Praça Higino da Silveira, são marcos da ocupação do território teresopolitano, assim como da evolução urbana da cidade e, portanto, fazem parte da história e da identidade cultural local. A Praça Maurício de Abreu, hoje Higino da Silveira, se integrava à estação do Alto, compondo uma bela paisagem com as montanhas verdes da Serra dos Órgãos.

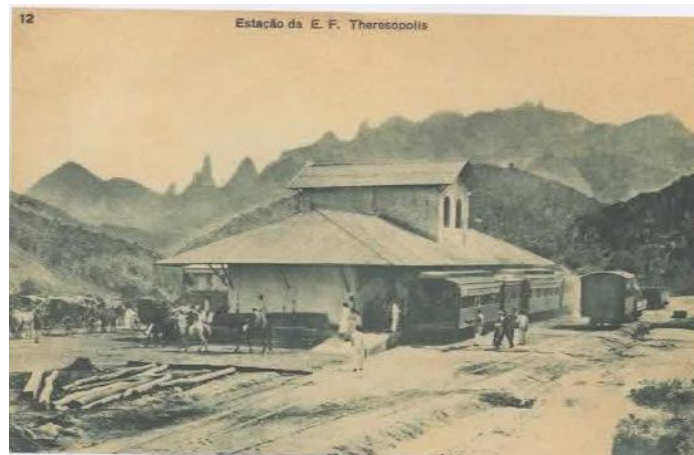


Figura 7. Estação do Alto com a silhueta da Serra dos Órgãos ao fundo.
Fonte: (Gerodetti e Cornejo, 2005, p.53).

Na década de 1970, quando o trem já não fazia mais parte da cidade de Teresópolis, a Praça Higino da Silveira passou a ser palco da Feira de Artesanato de Teresópolis, a Feirarte, onde os artesãos locais poderiam expor e vender suas peças. A Feira cresceu ao longo dos anos e se tornou um dos principais pontos de visitação turística da cidade. No entanto, este crescimento foi acompanhado por mudanças significativas que causaram – e ainda hoje causam – críticas sobre o seu funcionamento. Veremos isto mais adiante.

As praças são, de acordo com o Código Civil Brasileiro, bens públicos de uso comum. Elas são, tradicionalmente, voltadas para o lazer e ócio, podendo conter ou não equipamentos que favoreçam tais usos.

Capítulo III do Código Civil Brasileiro

Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

Art. 99. São bens públicos:

I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças.

(Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm#benspublicos, acessado em 03/01/2020)

De lugar de encontro e discussões políticas ao espaço do mercado, a praça ganhou, na contemporaneidade, outras formas e funções. Com a urbanização acelerada das cidades industriais, os espaços passam a ser cada vez mais disputados e as praças surgem como lugares de quebra do ritmo acelerado do cotidiano dos cidadãos, onde se pode parar, respirar, permanecer, observar, conhecer e socializar.

No entanto, para que a praça possa desempenhar o papel descrito acima de espaço de lazer, ócio e sociabilidade, é preciso que sua configuração espacial seja adequada para isso, com paisagismo e equipamentos propícios. Um espaço público somente estimula a permanência das pessoas se tiver qualidade para isso, conforme afirma Jan Gehl em “Cidades para Pessoas” (2013), do contrário ele geralmente se torna apenas espaço de passagem. Além de sua dimensão física, a praça, entendida como um dos principais representantes dos espaços públicos urbanos – ao lado das ruas – possui também as dimensões social/política e simbólica. Vejamos a seguir as etapas que seguimos nesta pesquisa. Logo depois apresentaremos uma discussão acerca do conceito de espaço público e, por fim, a análise do caso da Praça Higino da Silveira.

Metodologia

Para desenvolvermos a análise aqui apresentada foi necessário, em primeiro lugar, tecer uma discussão teórica acerca do conceito de espaço público na contemporaneidade. Nos apoiamos nas ideias de autores reconhecidos que nos deram importantes contribuições sobre o tema. Em seguida, fez-se uma pesquisa documental no acervo da Casa de Memória Artur Dalmaso, pertencente à Prefeitura Municipal de Teresópolis. Nesta instituição foi possível encontrar documentos jurídicos, jornais locais, revistas e materiais de propaganda que nos ajudaram a compreender o contexto no qual a Feirarte foi criada e pelas transformações pelas quais passou até os dias de hoje.

Simultaneamente foi utilizada a técnica da observação participante (Anguera, 1985) na Praça Higino da Silveira, em diferentes dias da semana, a fim de se verificar a sua dinâmica cotidiana, assim como as características do seu público. Além da observação participante, que nos permitiu perceber há um pequeno número de frequentadores da praça nos dias laborais, optamos, também, por aplicar questionário online, elaborado na plataforma Google Formulários, enviando o link pelo aplicativo Whatsapp a pessoas residentes no bairro do Alto e em outros bairros próximos. O questionário ficou disponível por sete dias e, ao final, tivemos cinquenta e nove (59) respostas anônimas.

O questionário foi elaborado no sentido de se verificar, principalmente, a frequência com que os moradores do Alto e demais bairros próximos utilizam a Praça Higino da Silveira, assim como os motivos pelos quais a frequentam. Também consideramos importante saber o que os moradores apontam como necessidades de melhorias da praça. Elaboramos poucas perguntas, simples e objetivas a fim de facilitar o preenchimento dos respondentes. As perguntas foram as seguintes:

Questionário sobre a Praça da Feirinha - Teresópolis

1. Qual a sua idade?
2. Qual o seu sexo?
3. Em que bairro de Teresópolis você mora?
4. Já foi à Praça Higino da Silveira (Praça da Feirinha)?

Opções: Sim ou Não

5. Se a resposta anterior foi Sim, com que frequência você vai a esta praça?

Opções: menos de 1 vez por semana / 1 a 3 vezes por semana / mais de 3 vezes por semana

6. Por que você vai à Praça Higino da Silveira?
7. O que você faz na Praça Higino da Silveira?
8. O que você acha que poderia melhorar na Praça Higino da Silveira?

A partir das respostas analisamos o uso da Praça Higino da Silveira, nos dias laborais e nos fins de semana, assim como alguns dos motivos apontados pelos respondentes para a sua pouca utilização pelos moradores locais e as possibilidades de melhoria.

O espaço público

Uma cidade, como já afirmava Aristóteles (2006), não pode existir sem a multiplicidade de pessoas. E esta diversidade não está presente nos espaços privados, mas sim nos lugares comuns, abertos a todas as pessoas ou a uma coletividade restrita. Assim, uma cidade precisa

ter seus espaços privados e seus espaços públicos, para que a intimidade e a sociabilidade encontrem seu devido lugar. Trataremos aqui dos espaços comuns, voltados à coletividade; espaços que, por terem um estatuto público, permitem o necessário e rico encontro das diferenças, conforme defendemos em Padilha (2011). Espaços que podem nos livrar da claustrofobia provocada pelas “selvas de pedra” e fazer-nos respirar com mais tranquilidade, fugindo do ritmo acelerado que nos é imposto diariamente. Esses espaços são, portanto, fundamentais para a vida cidadã e a sua perda quantitativa e/ou qualitativa leva à perda da própria cidadania.

Assim, o conceito de espaço público que adotaremos neste trabalho se apoia nas ideias desenvolvidas por diversos teóricos que, embora suas abordagens sejam voltadas para a esfera pública, nos ajudam a compreender o conceito de espaço público, uma vez que este é um dos seus componentes. Partimos do princípio de que os espaços públicos são compostos por três dimensões: material, social/política e simbólica. A material está relacionada à configuração física/concreta do espaço; a social/política diz respeito às ações realizadas sobre a dimensão material e é composta por três elementos: a publicidade (visibilidade), a pluralidade e a sociabilidade. Por fim, a dimensão simbólica contém a característica da representatividade do espaço público.

A concepção de esfera pública dos autores escolhidos para embasar nossa discussão teórica vai ao encontro da visão que defendemos sobre o espaço público, qual seja a de que ele se constitui em um espaço privilegiado da vida cidadã, onde a cidade aparece e se reproduz.

Hannah Arendt, em “O que é política?”, ao fazer uma leitura da vida pública na Grécia Antiga, chama a atenção para a importância da **materialidade** para o exercício da política:

[...] Esse espaço público só se torna político quando assegurado numa cidade, quer dizer, quando ligado a um lugar palpável que possa sobreviver tanto aos feitos memoráveis quanto aos nomes dos memoráveis autores, e possa ser transmitido à posteridade na seqüência das gerações. Essa cidade a oferecer aos homens mortais e a seus feitos e palavras passageiros um lugar duradouro constitui a *polis* – que é política e, desse modo, diferentes de outros povoamentos (para os quais os gregos tinham uma palavra específica), porque originalmente só foi construída em torno do espaço público, em torno da praça do mercado, na qual os livres e iguais podiam encontrar-se a qualquer hora (Arendt, 2002, p.54).

Assim, Hannah Arendt, ainda que claramente enfocando a dimensão política da Antiguidade grega e, mais adiante, a sua importância para a constituição da vida pública na Modernidade, vê a presença do espaço, enquanto materialidade, como fundamental para a existência da esfera pública, embora esta o contenha. Também Lewis Mumford (1998) afirma que os espaços públicos eram vistos como condição para a própria existência da cidade grega na Antiguidade.

Já Habermas em “Mudança Estrutural da Esfera Pública”, menciona o espaço ao tratar da relação público-privado na Idade Média, onde chama a atenção para o fato de que nesta época não havia uma oposição clara entre as duas esferas, considerando-se o modelo helênico transmitido pelo Direito Romano. Com efeito, o autor descreve os elementos que compõem a esfera pública, afirmando que um deles é o espaço, sendo ele o lugar comum, acessível a todos:

[...] O domínio comunal (*Allmende*) é coisa pública, *publica*; o poço, a praça do mercado, são para uso comum, publicamente acessíveis, *loci communes*, *loci publici*. Antitética a este setor ‘esfera do comunitário’ (*Gemeine*), que a história da língua correlaciona com o bem-comum ou o bem público (*common wealth*, *public wealth*), existe a ‘esfera do particular’ (das ‘Besondere’). Ela é o particularizado, o separado, no sentido do privativo, que ainda hoje mantemos na equivalência entre interesses particulares (*Sonderinteressen*) e interesses privados (*Privatinteressen*) (Habermas, 1984, pp.18-19).

Richard Sennett considera os espaços públicos como os fóruns da vida pública, isto é, como os lugares voltados para o debate e para o convívio entre os diferentes. E ele denuncia veementemente a decadência desses fóruns na sociedade contemporânea, ocorrida, sobretudo, devido a um comportamento intimista e à apatia política que levam ao declínio do domínio público. Por isso, ressalta que nas cidades de hoje “[...] o espaço público se tornou uma derivação do movimento” (Sennett, 1988, p.28), destinado simplesmente à passagem das pessoas e que, por isso, ele estaria fadado à morte. Camilo Sitte mostra a mesma posição ao afirmar que

[...] tornou-se essencialmente outro o significado das praças abertas (um fórum ou uma praça de mercado) em meio à cidade. Hoje raramente utilizadas para grandes festas públicas, e cada vez menos para um uso cotidiano, elas servem, na maioria das vezes, a nenhum outro propósito além de garantir maior circulação de ar e luz, provocar uma certa interrupção na monotonia do oceano de moradios e, de qualquer maneira, garantir uma visão mais ampla sobre um edifício monumental, realçando seu efeito arquitetônico. Que diferença da Antiguidade! Nas cidades antigas, as praças principais eram uma necessidade vital de primeira grandeza, na medida em que ali tinha lugar uma grande parte da vida pública, que hoje ocupa espaços fechados, em vez de praças abertas (Sitte, 1992, pp.15-16).

Portanto, espaço público, além da materialidade, possui uma clara dimensão política, relacionada ao comportamento social. Os três autores aqui considerados destacaram a pluralidade, a sociabilidade e a visibilidade/publicidade como as principais características da esfera pública e que nós estendemos ao espaço público. Com efeito, podemos afirmar, com base na leitura desses autores, que o espaço público ocidental moderno e contemporâneo, herdeiro da *polis*, é o lugar do encontro dos cidadãos, onde a vida urbana se expressa e onde existe a maior possibilidade de alcançar a visibilidade. Por isso, o espaço público é o lugar da sociabilidade e da representatividade – no qual as ações acontecem em função da simbologia relacionada ao espaço –, onde pessoas diferentes têm a possibilidade do encontro e da convivência, sem que isto seja mediado pela intimidade, mas sim pela civilidade. E é essa dinâmica que promove a produção e a reprodução da vida social e, por conseguinte, do espaço público.

É possível, então, a respeito do espaço público, dividir o período moderno em dois momentos: aquele que se refere ao seu “renascimento” no século XVIII, e o espaço público da sociedade atual, fruto das transformações ocorridas ao longo dos séculos XIX e XX, caracterizado, segundo os autores aqui mencionados, pelo esvaziamento do seu conteúdo político, apesar da sua expansão quantitativa.

A expansão da esfera pública e dos espaços públicos também é destacada por Horacio Capel, embora com outros contornos. Este autor afirma que embora venha ocorrendo a ampliação dos espaços públicos e do seu conteúdo político, este fato vem sendo acompanhado por um processo de privatização desses espaços, o que, segundo o autor, pode significar a decadência da cidade.

[...] tanto en términos absolutos como relativos, los edificios, los espacios y los equipamientos públicos han aumentado desde la antigüedad a la época actual, y especialmente en los últimos tres siglos. En ello han incidido de manera destacada la complejidad creciente de la sociedad, los cambios sociales, la democratización, el aumento de la riqueza y el debate generado por las propuestas utópicas del siglo XIX. Esta evolución es, de todas maneras, compatible con el hecho de que exista, al mismo tiempo, una tendencia a la apropiación o privatización del espacio público por parte de grupos reducidos, lo que puede dar lugar a que bienes que son de titularidad pública sean usados en realidad sólo por unos pocos (Capel, 2005, p.256).

As palavras de Horacio Capel nos levam a pensar no caso da Praça Higino da Silveira. Um espaço público de grandes dimensões, que faz parte da história de Teresópolis, que poderia ser um grande espaço de apropriação dos cidadãos, seja para o ócio, o lazer e/ou o

encontro e a convivência, tem como principal uso o comércio, realizado por uma parcela de comerciantes da cidade.

Durante o século XVIII, com as cidades sendo ocupadas por pessoas das mais diversas culturas, os espaços públicos foram se tornando espaços de vivência e de atuação, possíveis a partir de um código de crença comum. No entanto, essa vida urbana foi, ao longo do tempo, sendo enfraquecida. Com efeito, a convivência entre estranhos transforma-se em repúdio; o espaço público passou a ser, em grande parte dos casos, o lugar onde as pessoas devem se proteger umas das outras. Com a valorização da esfera privada em detrimento da pública, os indivíduos se voltam para si mesmos, buscando demonstrar a sua personalidade no espaço público, criando, assim, uma sociedade de narcisos, segundo Sennett (1988). Um dos problemas desta conduta é que são valorizados somente aqueles que estiverem condizentes com a minha própria personalidade. O resultado disso é o esvaziamento das relações sociais no espaço público, antes baseadas no encontro entre os diferentes, mas que agora são ancoradas na intimidade, ou melhor, na afinidade. Essa conduta intimista também gera, tal como apontou Capel (2005), uma privatização dos espaços públicos, que é um reflexo da própria degradação social e política da cidade.

Paulo Cesar da Costa Gomes, em seu livro “A condição urbana”, enfatiza a importância dos espaços públicos para uma sociedade democrática e destaca que, embora a concepção oriunda da *polis* não seja mais adequada aos dias atuais, a dimensão espacial continua a ser uma condição fundamental para o desenvolvimento da vida cidadã. Ao mencionar alguns equívocos presentes com frequência em torno da noção de espaço público, o autor aponta para a necessidade de superá-los e, por conseguinte, de avançar em sua compreensão. Dessa forma, ele destaca a oposição público X privado, a delimitação de uma área por meio de leis e a característica de livre acesso como sendo, individualmente, insuficientes para suprir as nossas necessidades conceituais.

Segundo este autor, para compreendermos o espaço público devemos, portanto, abandonar as conclusões simplistas e partir do princípio de que “os atributos de um espaço público são aqueles que têm uma relação direta com a vida pública [...]” (Gomes, 2002, p.160) e que, por isso, possibilita o encontro, a sociabilidade, o conflito e o debate. No entanto, Gomes, assim como os autores que abordamos anteriormente, denuncia um certo “recoo da cidadania”, na medida em que o público, tal como foi concebido no século XVIII, transformou-se em um conjunto de meros espectadores, com pouca ou nenhuma preocupação crítica. Por conseguinte:

[...] Hoje, a compreensão desse qualificativo público parece corresponder freqüentemente à idéia de uma massa posta diante de imagens e discursos espetaculares. Ele pode também se associar à concepção de uma multidão passiva, incapaz de reagir criticamente, prisioneira de uma cotidianidade niveladora [...] (Gomes, 2002, p.161).

Defendemos aqui a ideia de que uma das saídas para o problema dessa passividade do público seja a educação. Fazer desses espaços públicos lugares de aprendizagens e de convivência, assim como de observação cotidianas pode contribuir para a formação de uma população mais atenta à sua realidade e a de seus concidadãos, de visitantes mais conscientes e de cidadãos mais críticos e participativos. Os espaços públicos de uso comum, como ruas e praças, precisam oferecer elementos para que a cidade se mostre para os seus cidadãos e, por meio desta visibilidade, estimularem neles o interesse em ali permanecer, cuidar e viver a cidade.

Conforme Padilha (2011, p.16)

Os espaços públicos por comportarem, em tese, a vida pública, são repletos de significados e estes também são fundamentais para a sua constituição, tal como a materialidade e os comportamentos. As cidades possuem determinados espaços públicos que são mais valorizados e, por isso, atraem mais pessoas e são responsáveis por grande parte da produção de significados. Com efeito, estes espaços participam da criação e expressão de identidades e, por isso, podem

colaborar para a construção do sentimento de pertencimento a um determinado lugar [...]

Mas para fortalecer a identidade territorial é necessário que estes espaços contenham uma composição física que o façam desempenhar a sua função primeira. Neste sentido, Jordi Borja alerta para o fato de que o espaço público “[...] parece que sea el punto sensible para actuar si se pretende impulsar políticas de hacer ciudad en la ciudad” (1998, p.2). E completa,

El espacio público es un concepto jurídico: un espacio sometido a una regulación específica por parte de la Administración pública, propietaria o que posee la facultad de dominio del suelo y que garantiza su accesibilidad a todos y fija las condiciones de su utilización y de instalación de actividades. El espacio público moderno proviene de la separación formal (legal) entre la propiedad privada urbana [...] y la propiedad pública [...] y cuyo destino son usos sociales característicos de la vida urbana [...]. El espacio público también tiene una dimensión socio-cultural. Es un lugar de relación y de identificación, de contacto entre las gentes, de animación urbana, a veces de expresión comunitaria [...]. En todos estos casos lo que define la naturaleza del espacio público es el uso y no el estatuto jurídico. El espacio público supone pues dominio público, uso social colectivo y multifuncionalidad [...] (Borja, 1998, p.3).

Assim, é possível afirmar que o espaço público é aquele que permite a produção e a reprodução da cidade, pois a partir dos usos e apropriações que se fazem dele a vida urbana pode se fazer presente, as relações sociais e identitárias se fortalecem, assim como a cidadania.

Como bem destaca Rogério Proença Leite em seu livro “Contra-usos da cidade” (2007), o espaço urbano só se torna espaço público a partir de seus usos e apropriações. Ruas, parques, largos, praças para serem espaços verdadeiramente cidadãos é preciso que permitam o encontro, a mistura, a sociabilidade, o lazer, não sendo, portanto, apenas espaços de passagem ou de consumo. Esta visão é corroborada por Núria Benach (2002) ao caracterizar o espaço público em três aspectos, com base na tríade lefebvriana: o espaço do desenho – aspecto material –, o espaço da renovação – aspecto político, do poder e da regulação – e o espaço das pessoas – aspecto da multiplicidade de usos.

Há outro elemento importante dos espaços públicos destacado por Cornelius Castoriadis (1988): o tempo. A materialidade dos espaços públicos contém o passado comum aos integrantes de uma determinada sociedade e por meio deste espaço este grupo de pessoas pode contemplar parte de sua história, preservando, assim, a sua memória.

A Praça Higino da Silveira e a Feirarte

Feitas nossas considerações acerca de como os espaços públicos de uso comum devem ser para tornar possível a reprodução da vida pública urbana, voltamos ao caso daquela que é vista como a principal praça de Teresópolis.

A Praça Higino da Silveira, que já tem, provavelmente, mais de cem anos de existência, possui cerca de 20 mil metros quadrados e é usada nos fins de semana e em alguns feriados para a realização da Feirarte – Feira de Artesanato.

A Feirarte foi oficialmente criada em 21 de maio de 1977 pelo Decreto Nº 409 da Prefeitura Municipal de Teresópolis sob sigla de FEART (Figura 8). A iniciativa partiu de um grupo pequeno de artesãos cerca de quatro anos antes. Os objetivos principais que se tinha com a criação da feira eram apoiar os artesãos dando-lhes melhores condições para expor e vender suas obras, além de estimular o turismo regional por meio da arte.

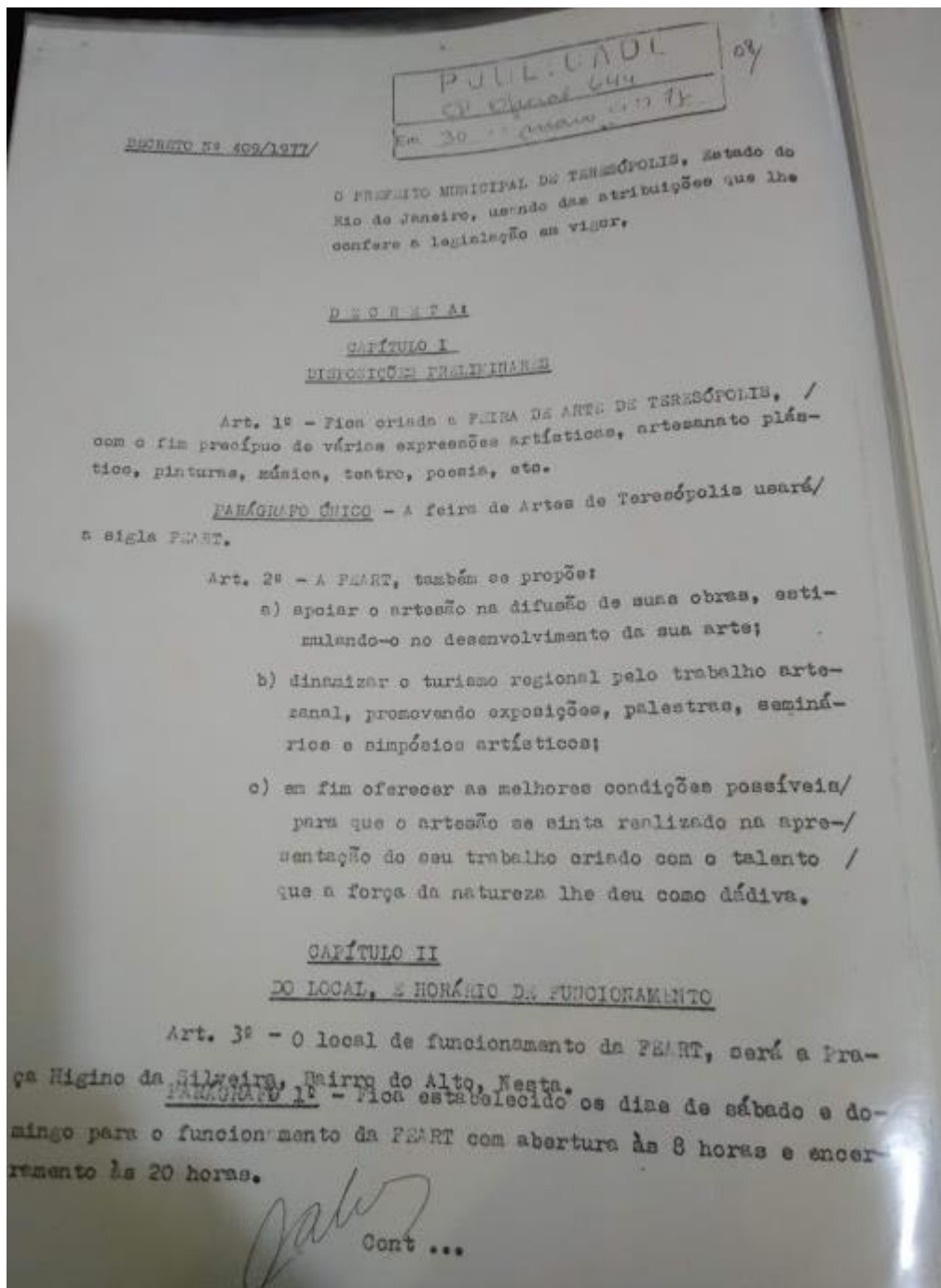


Figura 8. Decreto Nº 409/1977 da Prefeitura Municipal de Teresópolis
Fonte: Acervo da Casa de Memória Artur Dalmasso, Teresópolis.

De acordo com este decreto de criação, a feira passaria a funcionar na Praça Higino da Silveira, aos sábados e domingos, das 8h às 20 horas. O artesão que quisesse dela participar deveria se inscrever junto à Comissão de Organização, Seleção e Administração, composta por cinco membros nomeados pelo prefeito e que não poderiam ser remunerados para isto¹. Era vedada a comercialização na feira de qualquer produto industrializado².

A Feirarte já passou por importantes mudanças. Além do Decreto de criação da FEART (Nº 409/77), houve outros dois decretos que regulamentavam o tipo de produto que poderia ser

¹ Decreto Nº409/77 da Prefeitura Municipal de Teresópolis.
² Decreto Nº409/77 Cap. III, Art. 5º.

comercializado, local e horário de funcionamento, funções da Comissão de Organização, Seleção e Administração, entre outras coisas: Nº 1462/89 e 1970/93, este tem praticamente o mesmo texto do primeiro, mas muda a sigla da feira para FERARTE. Em todos os decretos está determinada a proibição da venda de produtos industrializados, para não configurar a revenda. No entanto, verificando os jornais locais da década de 1990 e 2000 é possível perceber que esta regra não foi sempre seguida.



Figura 9. Edição do Teresópolis Jornal de 13 de abril de 1996.
Fonte: Acervo da Casa de Memória Artur Dalmasso, Teresópolis.

Em um trecho da reportagem do Teresópolis Jornal (Figura 9) existe a denúncia de que a feira estaria sendo invadida por revendedores, o que contrariava a regulamentação da Feirarte. Nesta época a feira alcançou o impressionante número de 938 barracas (Figura 10), o que provocou inúmeras reclamações e denúncias por parte de feirantes, da mídia e da sociedade teresopolitana.



Figura 10. Edição do jornal Gazeta de Teresópolis de 14/15 de abril de 1995.
Fonte: Acervo da Casa de Memória Artur Dalmasso, Teresópolis.



Figura 11. Edição do jornal O Diário de Teresópolis de 21 de março de 1998.
Fonte: Acervo da Casa de Memória Artur Dalmasso, Teresópolis.

O descompasso entre regulamentação e realidade não está somente no assunto dos produtos industrializados revendidos, mas também com relação ao seu uso. Durante a feira, a paisagem da praça se transforma e toda ela passa a ser um espaço de consumo. Até mesmo um parquinho infantil que é montado para divertir as crianças cobra pelo seu uso. E isto, em nossa avaliação, tem um custo social significativo.



Figuras 12, 13, 14 e 15. Praça Higino da Silveira no sábado.
Fonte: Fotos da autora, setembro de 2018.



Figuras 16, 17, 18 e 19. Praça Higino da Silveira em uma segunda-feira..Fonte: Fotos da autora, setembro de 2018.

Pode-se perceber pelas fotos que a feira dos fins de semana é bastante movimentada. As quinhentas e trinta e seis (536) barracas ativas atualmente disputam a preferência dos visitantes. De acordo com informações da Secretaria de Turismo de Teresópolis, a estimativa é a de que a feira tenha lucro em torno de cinco milhões de Reais anuais. A maioria dos frequentadores da Feirarte vem de outros municípios e por isto ela é considerada um dos principais pontos turísticos de Teresópolis.

A paisagem da praça começa a se transformar na segunda-feira, quanto as barracas são desmontadas. O processo de desmonte do cenário dura até a terça-feira. Somente na quarta-feira a praça volta a ser o espaço público de lazer para o qual foi criada. E assim fica até a quinta-feira, pois na sexta inicia-se o trabalho de montagem das barracas. Portanto, a Praça Higino da Silveira é uma praça pública, entendida como espaço público, apenas às quartas e quintas.

É possível afirmar que a feira de artesanato, devido à dimensão alcançada, contribuir de forma significativa para que o valor de uso e o valor simbólico - voltado para a paisagem harmonizada com a antiga estação de trem do Alto - da praça Higino da Silveira fossem superados pelo valor de troca, o que faz a praça ficar mais relacionada à feira dos fins de semana do que ao uso dos moradores de segunda a sexta-feira. Inclusive a antiga estação de trem também foi absorvida pela feira, tornando-se local dos boxes de alimentação.

Reconhecemos, assim como muitos teresopolitanos, a importância da feira para a economia e o turismo local. No entanto, não é difícil encontramos reclamações sobre o abandono do espaço público de lazer em detrimento do espaço de consumo. Para exemplificar, temos uma denúncia feita em 1995 por um vereador de Teresópolis (Figura 20) na qual ele lembrava que uma praça é, antes de tudo, um espaço público de lazer e, portanto, do povo e que a prefeitura deveria fazer intervenções para estimular o seu uso cotidiano e não apenas pelos consumidores da feira.



Figura 20. Edição do jornal Gazeta de Teresópolis de 02-03 de setembro de 1995. Fonte: Acervo da Casa de Memória Artur Dalmasso, Teresópolis.

Conforme se pode ler na reportagem acima, do ano de 1995, o vereador Bira do PT acompanhava os usos que se faziam da praça e verificou que alguns moradores reclamavam que a Praça Higino da Silveira não oferecia atrativos, principalmente para as crianças e jovens. Então ele sugeriu à Prefeitura Municipal a construção de uma mini-ciclovía em uma parte da praça para atender a demanda sobretudo das crianças. O que não foi feito. O vereador ainda enfatizou que “[...]as praças públicas se destinam, prioritariamente, às atividades de lazer, recreação e desportos [...]”, o que não estava acontecendo na Praça da Feirinha (Edição do jornal Gazeta de Teresópolis de 02-03 de setembro de 1995. Fonte: Acervo da Casa de Memória Artur Dalmasso, Teresópolis).

Teresópolis é um município com população estimada de 182.594 habitantes (Fonte: IBGE Cidades, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/teresopolis/panorama>, acessado em 21/01/2020). Destes, cerca de 90% vivem na zona urbana. A cidade não possui muitas opções para passar o tempo livre gratuitamente, o que dá uma importância ainda maior às praças para os moradores passarem seu tempo de lazer.

Foi aplicado questionário por meio do aplicativo Google Formulário a moradores do Alto e bairros próximos durante uma semana do mês de dezembro de 2019. Cinquenta e nove (59) pessoas responderam. Optamos por esta ferramenta porque a frequência da praça durante a semana é pequena e, por isso, pensamos que um instrumento online teria maior alcance.

Responderam pessoas entre 20 e 70 anos, 27 homens e 25 mulheres. Todos afirmaram já terem ido à Praça Higino da Silveira, mas a maioria (75%) a frequenta menos de uma vez por semana, ainda que morem no Alto ou bairros próximos.

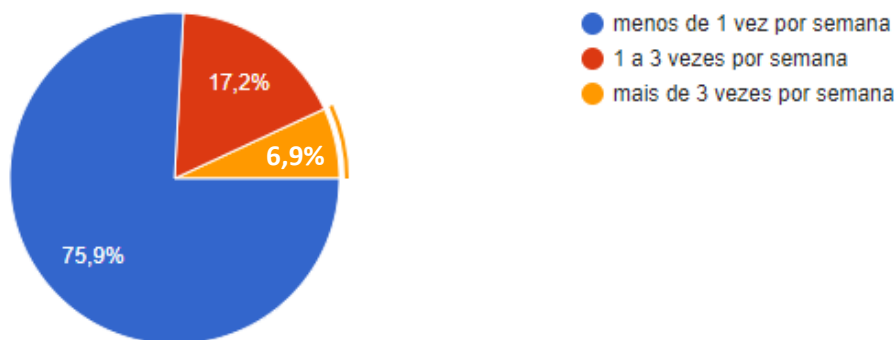


Figura 20. Com que frequência você vai à Praça Higino da Silveira?
Fonte: Google Formulário.

Ao serem perguntados sobre o(s) motivo(s) pelo(s) qual(is) vão à Praça Higino da Silveira, 32 pessoas deram respostas relacionadas à feira e não propriamente à praça: levar amigos à feira, compras, passear aos domingos, entre outras. O que também nos chamou a atenção foi o fato de 13 pessoas terem respondido que usam a praça apenas como local de passagem.

Apesar da maioria ter relacionado o uso da praça simplesmente à feirinha, quando perguntados sobre o que poderia melhorar na praça, 21 pessoas responderam sobre este espaço público e sua composição física, afirmando a necessidade de haver equipamentos de lazer, como os de ginástica e parquinho infantil, assim como revitalizar o jardim, retirando-se as árvores doentes e colocando novas no lugar.

Percebe-se claramente nas respostas o desejo dos moradores de verem a Praça Higino da Silveira como espaço público de lazer novamente, compartilhado com a feira, mas voltado também para os seus cidadãos. Conforme a resposta de uma moradora quando perguntada sobre o que deveria melhorar: “Voltar a ser praça”. Outro morador disse que na praça deveria ter “mais equipamentos de atividade coletiva, áreas confortáveis para leitura, árvores e um espaço bem visível, organizado e bonito contando a história do local e do bairro do Alto”.

Vemos, portanto, a importância da vitalidade urbana para a própria manutenção da vida da cidade. Para que os espaços públicos de lazer não sejam subutilizados ou mesmo abandonados é necessário que alguns de seus atributos sejam considerados pela administração pública local a fim de torná-los atrativos e possibilitar a permanência de seus usuários, conforme destacam Whyte (2009) e Gehl (2006). Trícia Caroline Santana, afirma que

[...] o ambiente deve ser analisado em função de seus atributos físicos, do(s) significado(s) que assume na vida das pessoas e do(s) comportamento(s) que propicia, reforçando, assim, a importância dos valores culturais nas experiências com os espaços públicos[...] (Santana, 2020, p. 77).

Portanto, é necessário que os aspectos físicos da Praça Higino da Silveira sejam analisados e reformulados a fim de proporcionarem a volta dos moradores de Teresópolis a um

dos seus principais espaços públicos de lazer, buscando a predominância do seu valor de uso, recuperando o seu valor simbólico e ajudando a fortalecer a identidade territorial.

Considerações finais

É inegável a importância que a Feirinha tem hoje para a cidade de Teresópolis. Muitos turistas chegam pelo bairro do Alto e ali permanecem até voltarem para as suas cidades e a feirinha é o principal local de passeio destes. Ela é fonte fundamental de renda para dezenas de expositores, em uma cidade onde não se tem tantas opções de emprego além do funcionalismo público e do comércio. No entanto, a praça não pode ser resumida ao terreno da feira. A feira não pode ser soberana frente às necessidades cotidianas dos cidadãos. Isto está claro em diversas reportagens que apresentam denúncias e reclamações dos moradores ao longo de décadas. E ficou claro, também, nas respostas ao nosso questionário.

Seguindo as análises de Milton Santos (2002) acerca do espaço-forma e espaço-conteúdo, em “A Natureza do Espaço”, podemos afirmar que a praça Higino da Silveira teve como predominante o seu valor de uso até a década de 1950, quando o trem parou de circular na cidade, deixando a estação do Alto desativada, mas de pé. Isto acrescentou à praça um valor simbólico importante e ambos permaneceram em harmonia até a década de 1970 quando houve a criação da feira de artesanato que, em poucos anos, cresceu muito a ponto do valor de troca superar o valor de uso da praça. Portanto, antes da feira o valor simbólico se uniu ao valor de uso no espaço-forma, sem alterar, propriamente, o espaço-conteúdo da praça. Todavia, após a criação e ampliação da feira, com a superação dos outros dois valores pelo valor de troca, tanto o espaço-forma como o espaço-conteúdo serão capturados pela forma mercadoria (Santos, 2002).

Como nos ensinou Henri Lefèbvre (2008), o direito à cidade se dá pelo seu valor de uso e não pelo seu valor de troca. Se o cidadão se apropria de um determinado espaço público, em geral ele entende este como seu e passa a cuidar daquele espaço e, cuidando, passa a torná-lo sustentável, isto é, um espaço que será utilizado hoje e no futuro pelos seus concidadãos.

Nesta mesma linha de pensamento afirma Reinaldo Pacheco, recorrendo a Zygmund Bauman (2009), que “[...] é nos espaços públicos que a vida urbana atinge sua mais completa expressão, com alegrias, dores, esperanças, pressentimentos. A cidade é também o espaço da insurgência, da inconformidade ativa, da busca de outros sentidos para a vida” (PACHECO, 2016, p.94).

Acreditamos que é imprescindível uma intervenção pública na praça Higino da Silveira para atender aos anseios da população de transformá-la novamente em um espaço público de lazer. Para isso, segundo os próprios moradores entrevistados, seria necessário a colocação de equipamentos de ginástica e um parquinho público, visto que só há brinquedos para as crianças em dia de feira e com cobrança de R\$ 5,00 pelo uso de cada um deles. Além disso, pelas dimensões e configuração espacial da praça, seria possível fazer uma pista de caminhada e ciclovia ao redor da praça, o que ajudaria muitos moradores a praticarem atividades físicas com mais segurança e não mais se aventurarem ao longo da principal avenida da cidade, como muitos fazem atualmente.

As praças têm importância fundamental no cotidiano das cidades. Tendo os equipamentos e a configuração espacial adequados, podem proporcionar o encontro e a convivência fundamentais para a reprodução da vida urbana e para o fortalecimento da identidade territorial. Os espaços públicos de lazer são essenciais para a qualidade de vida de uma população, para abrigar a diversidade e dar visibilidade a todos. Como brilhantemente descreveu Castro Alves em 1864:

A praça! A praça é do povo
Como o céu é do condor
É o antro onde a liberdade
Cria águias em seu calor!³

³ Fonte: <http://biblio.com.br/defaultz.asp?link=http://biblio.com.br/conteudo/CastroAlves/poesiascoligidas.htm>, acessado em 21/01/2020.

Referências

- Anguera, M.T. (1985). Metodología de la observación en las Ciencias Humanas. Madrid: Catedra.
- Arendt, H. (2002). O que é política? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Aristóteles. (2006). A Política. São Paulo: Martins Fontes.
- Bauman, Z. (2009). Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Zahar.
- Benach, N. (2002). Tres aproximacions a l'espai públic barceloní. In ROBIRA, R. T. i (coord.). *Espais públics: Mirades multidisciplinàries* (pp. 77-94). Barcelona: Editorial Pòrtic.
- Borja, J.(1998). Ciudadanía y espacio público. In VVAA, *Ciutat real, ciutat ideal: Significat i funció a l'espai urbà modern*. Urbanitat, (7), Barcelona: Centro de Cultura Contemporànea de Barcelona. Disponível em <http://www.laciudadviva.org/export/sites/laciudadviva/recursos/documentos/JordiBorjaciudadaniayespaciopublico.pdf-716bb2b29c8725d2ba970c143258d832.pdf>.
- Capel, H. (2005). La morfología de las ciudades. Volumen II – Aedes facere: técnica, cultura y clase social en la construcción de edificios. Barcelona: Ediciones del Serbal.
- Castoriadis, C. (1988). Los dominios del hombre. Las encrucijadas del laberinto. Barcelona: Gedisa. *Apud* R., R. T. i (coord.). 2002. *Espais públics: Mirades multidisciplinàries*. Barcelona: Editorial Pòrtic.
- Gehl, J. (2006). La humanización del espacio urbano: La vida social entre los edificios. Barcelona: Editorial Reverté.
- Gehl, J. (2013). Cidade para Pessoas. São Paulo: Perspectiva.
- Gerodetti, J. E., Cornejo, C. (2005). Railways of Brazil in Postcards and Souvenir Albums. São Paulo: Solaris Cultural Publications.
- Gomes, P. C. da C. (2002). A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Habermas, J. (1984). Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Lefèbvre, H. (2008). O direito à cidade. São Paulo: Editora Centauro.
- Leite, R. (2007). Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora da Unicamp.
- Mumford, L. (1998). A cidade na história: suas origens transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes.
- Pacheco, R. (2016). Lazer e Cidades: Protagonismos e antagonismos nas lutas por espaço. Revista do Centro de Pesquisa e Formação do SESC/SP. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/files/artigo/eb77f03d-f2cf-446d-8692-2eb2d5522fcb.pdf..>
- Padilha, M. N. (2011). O conceito de espaço público como suporte para a análise de cidades com patrimônio histórico-arquitetônico protegido. Revista Geográfica de América Central, 2(47E). Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2332>.
- Santana, T C. (2020). Aspectos da vitalidade urbana em praça localizada em zona especial de interesse social: Um estudo na cidade de Pau dos Ferros, RN. Revista Projetar: Projeto e

Percepção do Ambiente. 5 (1), 75-86. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/18059>.

Santos, M. (2002). A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EdUSP.

Sennett, R. (2002). El declive del hombre público. Barcelona: Ediciones Península.

Sitte, C. (1992). A construção das cidades segundo seus princípios artísticos. São Paulo: Ática.

Whyte, W. H. (2009). The social life of small urban spaces. New York: Project for Public Spaces.

Endereços eletrônicos

Biblioteca Virtual de Literatura. Disponível em: <http://biblio.com.br/default.asp?link=http://biblio.com.br/conteudo/CastroAlves/poesiascoligidas.htm>, acessado em 21/01/2020.

Feira Agroecológica de Teresópolis. Disponível em: <http://feiraagroecologicateresopolis.blogspot.com>, acessado em 02/12/2019.

IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/teresopolis/panorama>, acessado em 15/01/2020.

Portal Tere. Disponível em: http://www.portaltere.com/Historia1_2.html, acessado em 29/12/2019.

Presidência da República do Brasil. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm#benspublicos, acessado em 03/01/2020.